

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AUTISMO: UM LABOR DE COOPERAÇÃO ENTRE PROFESSORES

Isabel Cristina da Paz Silva <sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo objetiva gerar uma reflexão acerca do labor de cooperação entre o professor regular e o professor auxiliar na assistência do estudante com autismo na educação básica. Trata-se uma pesquisa de cunho qualitativo Minayo (2013) e tempo transversal Silva (2014), Como procedimento adotou o estudo de caso com embasamento Yin (2005). O objeto de estudo o Autismo Eugen (1911); Kanner (1945); Rutter (1978); Lei Berenice Piana (2012; DSM-V- (APA, 2014) em contexto da Educação Inclusiva SASSAKI, (1998) no labor de cooperação Boettcher (1974) entre professores – sujeitos Freire(1999) .Utilizou-se a entrevista não estruturada Vergara (2010) e análise de conteúdo (Bardin, 2016). Sujeitos/participantes duas professoras da segunda etapa da educação básica, que atendem pedagogicamente um estudante com autismo. Apresentou indícios que os saberes e fazeres em cooperação contribuí para o processo qualitativo de ensino-aprendizagem a atender demandas do estudante.

**Palavras-chave:** Autismo, Educação inclusiva, Labor de cooperação, Professores.

### INTRODUÇÃO

Com o passar do tempo a escola de ensino regular tem busca atender e compreender que a inclusão vai além da matrícula do estudante com autismo, pois é necessário garantir um saber e um fazer pedagógico que atenda as demandas deste estudante.

A educação inclusiva continua a ser um campo que exige muito estudo para os professores que assistem estudante com deficiência e dificuldades de aprendizagem. No entanto, o professor deve assumir a posição do guia ao direito à igualdade e do direito à diversidade, que rege desempenho com novos conceitos na educação escolar.

Em território brasileiro, as escolas foram observando que a entrada do estudante com autismo carecia de um olhar holística e não fragmentado, para tanto o professor regular como ator do processo ensino, já não daria conta sozinho de atender todos os estudantes e em especial o com autismo. Desse modo, o professor auxiliar, esse vem como um apoio pedagógico, que a princípio se imaginava era para cuidar separadamente o estudante, sem que

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Curso de Doutorado em Ciências da Educação da *Universidad Del Sol* – Assunção/Py, [isabelcristinadapaz@gmail.com](mailto:isabelcristinadapaz@gmail.com)

ele participasse das atividades regulares, acreditando na impossibilidade a um desenvolvimento exitoso do mesmo.

Entretanto, a necessidade de melhorar a assistência ao estudante, os professores - o regular juntamente com o auxiliar passaram a estudar e traçar caminhos pedagógicos para servir qualitativamente a este estudante.

Este estudo está organizado em três pontos: o primeiro trata da educação inclusiva a partir de uma linha do tempo, o segundo um breve histórico acerca do autismo e o terceiro do labor de cooperação entre o professor regular e o professor auxiliar na assistência do estudante com autismo na educação básica.

Destarte, suscitar o labor de cooperação entre professores, pondo em questão neste estudo, dar-se pela necessidade de materializar a inclusão escolar de estudante com autismo, a uma assistência pedagogicamente eficaz. Desse modo, este tem o propósito de trazer a possibilidade de promover novos diálogos a cerca da temática.

## **METODOLOGIA**

O caminho percorrido trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo com base em Minayo (2011) com intuito de descrever e formar valores, normas, o conhecimento cultural e outras variáveis. Em tempo transversal de acordo com Silva (2004), na qual constituída no ano letivo de 2018. Enquanto contexto de estudo trata-se de uma escola<sup>2</sup> da rede municipal de Recife, localizada em Pernambuco/Brasil, os sujeitos/participantes<sup>3</sup> foram compreendidos como seres históricos que possuem intencionalidades para manter ou modificar a ordem de sua realidade social e neste movimento conservar ou transformar a si mesmo e seu contexto pela consolidação ou mudança de suas percepções (FREIRE, 1999).

Como procedimento adotou o estudo de caso com embasamento Yin (2005) o estudo de caso é uma dentre inúmeros modos de alcançar por meio da pesquisa no campo das Ciências Sociais e acercar-se os seus ares relevantes.

Quanto a coleta de dados e tratamento utilizou-se a entrevista não estruturada e análise de conteúdo Bardin (2016).

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das

---

<sup>2</sup> Escola Munc. João Francisco de Souza, localizada em rua expedicionário Jorge Costa ur7 várzea, Recife/PE 31

<sup>3</sup> Duas professoras da segunda etapa da educação básica, que atendem pedagogicamente um estudante com autismo.



mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2016, p. 48).

Dentro das questões éticas na investigação enquanto professora investigadora<sup>4</sup>, o projeto foi apresentado à equipe gestora, no qual constam os possíveis riscos e os benefícios, os critérios de inclusão e exclusões e, após apresentação, e aceito pela equipe, a gestora assinou a declaração de autorização<sup>5</sup>. Os sujeitos participantes leram o projeto e concordaram assinando o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, TCLE<sup>6</sup>, Livre e Esclarecido aos que compõem o universo amostral da pesquisa não probabilística Vergara (2010), em lócus.

## REFERENCIAL TEÓRICO

As discussões teóricas, trazemos os objetos abordados neste estudo a Educação inclusiva; Autismo; Labor de cooperação; professor regular e professor auxiliar no contexto das legislações da educação especial na perspectiva inclusiva no Brasil.

### Educação inclusiva

A educação inclusiva destinada a proporcionar educação de qualidade, permitir que todos os estudantes sejam acolhidos incondicionalmente a uma educação sem rótulo. Conforme Sasaki (1998) afirma que:

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes. (SASSAKI, 1998, p. 8).

Desse modo, não cabe mais um ciclo vicioso de que o estudante com deficiência é apenas integrado no sistema de ensino, tendo como um ser fragmentado, rotulado, separado dos demais estudantes. Neste sentido, a educação inclusiva, conforme Carvalho (2005):

---

<sup>4</sup> Além de professora investigadora, também faço parte do quadro de funcionário efetivo da instituição escolar na função de professora em atividades pedagógicas.

<sup>5</sup> A declaração de autorização encontra-se uma cópia assinada e registrada no arquivo de documentos da instituição ensino, bem com a posse da original em cuidados.

<sup>6</sup> O TCLE foi assinado pelos participantes da pesquisa, de posse de suas cópias e em meu arquivo pessoal.



O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola (CARVALHO, 2005, p.72).

Assim, na perspectiva de eliminar barreiras, externas e internas, aos estudantes com autismo, que buscam todas as formas de acesso e apoio para garantir a lei a tomar parte desde a entrada à permanência bem sucedida na escola.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define-se que:

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional... [...] No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação de tempo para a realização dos trabalhos [...] como uma prática cotidiana (BRASIL, 2007, p. 16).

Ou seja, a assistência educacional especial é organizada para apoiar o desenvolvimento do estudante com deficiência, que é uma obrigação para os sistemas educacionais.

### **O professor regular e o professor auxiliar**

No contexto das regras da educação especial dentro da visão no Brasil, o **professor regular** tem buscado aprimora-se para melhor assistir o estudante com autismo em sala de aula de ensino regular, na qual vai de encontro com ao artigo 4º da Lei 12.764/64:

É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo garantido a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior. (LEI 12.764/2012).

Diante do que afirma a Lei supracitada, é pertinente sinalizar que o professor não pode se distanciar de prática com base em conhecimentos acerca do autismo. Porém, é sabido que o professor sozinho não dá conta da demanda de assistir às todas as especificidades, particularidade do estudante com deficiência em especial neste estudo o com autismo. Desse



modo, o professor auxiliar entra em cena como mais direito a inclusão do estudante com autismo.

Das legislações da educação especial na perspectiva inclusiva no Brasil o **professor auxiliar**, que conforme a legislação, este profissional é um direito assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão, 13.145/2011, que em seu Artigo 10, “Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções [...] monitor aos alunos com necessidade de apoio nas atividades [...] entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar”

Conforme a Resolução 4 do Conselho Nacional de Educação (2009)- Parágrafo único “Os profissionais atuam com os alunos público-alvo da Educação Especial em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessários”.

No estado de Pernambuco/Brasil (2015), a Gerência de Políticas Educacionais em Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Cidadania “que assume como paradigma o diálogo da diversidade com a inclusão, ou seja, compreende a diversidade como o fundamento da inclusão de pessoas com deficiência”. Objetiva-se: “Discutir e propor estratégias de fortalecimento das Diretrizes Curriculares para a Educação em Direitos Humanos, Educação Especial na perspectiva inclusivas”. (PE/Brasil, 2015).

Para atuar em como professor auxiliar em Pernambuco, por seleção simplificada, para atender o estudante com deficiência deve cumprir com os vários requisitos, um deles é o que determina a Lei Federal de número 12.764/12, nos termos do inciso IV do Art. 2º, terá direito a acompanhante especializado. O professor auxiliar necessita ter preparação apropriada para o sucesso da educação inclusiva. Ainda, para atuação este professor necessita ser “diplomado em licenciatura plena nas mais diversas áreas do currículo, pós-graduação *lato sensu* em Educação Especial, com no mínimo 360h, devidamente registrados e fornecidos por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, (PE/Brasil, D.O, 2021)”.

### **Autismo: breve histórico**

Estudos apontam o que o termo autismo foi mencionado pela primeira vez por Eugen (1911) enquanto o mesmo estudava características da esquizofrenia. Ainda, para o psiquiatra suíço, a pessoa com autismo se fecha em seu próprio mundo.

Seguido por outros estudos como:

- ✓ Kanner (1943) - Uma espécie de psicose infantil
- ✓ Asperger (1944) - A psicopatia autista na infância

- ✓ Michael Rutter (1978) - Classifica o autismo como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo
- ✓ ONU 2007 - A ONU instituiu o dia 2 de abril como o Dia Mundial da Conscientização do Autismo
- ✓ Lei Berenice Piana – 12.764/12 - Instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- ✓ (DSM-V) (APA, 2014) - Os predicados do espectro são danos constantes na comunicação e interação social.

### **Labor de cooperação**

Conforme Libâneo (1998, p.22) a define como o “conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais”.

Ações que traduzida em conjunto para um bem no sentido específico da relação entre humanas.

Para Erik Boettcher (1974, p. 22), “cooperação é a atuação consciente de unidades em direção a um fim comum, pela qual as atividades dos participantes são coordenadas através de negociações e acordo”. Portanto, em princípio, a cooperação é entendida como uma ação consciente e combinada entre indivíduos ou grupos associativos com vista a um determinado fim.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Durante nossos períodos de conversação por meio da entrevista não estruturada com os sujeitos/participantes, afirmaram que embora não seja uma tarefa nada fácil assistir o estudante com autismo, o labor de cooperação traz um significado importante em seus fazeres pedagógicos.

Pois, este traz um elemento principal, que segundo a professor regular Luz<sup>7</sup> é: (sic) “A *humanização que impacta positivamente tanto o processo de ensino quanto o de aprendizagem perante todos os estudantes sem ou com dificuldade*”. (agosto, 2021.2).

Corroborando com Luz, a compreensão da professora auxiliar Flor de Lótus<sup>8</sup> ressalta que (sic) “*Humanitarismo que afeta positivamente o processo de aprendizagem de todos os estudantes com ou sem deficiência.*” (agosto, 2021.2). Diante do exposto, ambas comungam do mesmo pensamento.

### **Em síntese**

Professora Investigadora – O labor de cooperação do ponto de vista dos contextos da educação inclusiva, em sua visão, contribui para a melhoria do processo de aprendizagem do estudante com autismo?

Professora regular (sic) “nos reunimos uma vez por semana para alinharmos os pontos desde a elaboração das atividades ao modo de executá-las. Bem, cada uma de nós trazemos nossos conhecimentos acerca do autismo com propósito de criar uma unidade tomando por base a diagnose e por meio de nossas observações para melhor assistir o estudante com autismo. (setembro, 2021).

Professora auxiliar (sic) “Sim”. Quando nos reunimos, digo eu e a professora da turma, labutamos por encontrar a melhor maneira para assistir o estudante com autismo, por meio de objetivos comuns, empreendemos via o bem comum do nosso estudante. Este trabalho cooperativo aproxima e une. (setembro, 2021).

Considerando as ponderações acima das professoras, a educação inclusiva vai ganhando campo, o cenário da educação escolar vai tomando novo rumo, no momento que os protagonistas do ensino – professoras a regular e a auxiliar vão implementando o labor de cooperação. Desse modo, a gerar mais oportunidades o desenvolvimento dentro do tempo do estudante com autismo. Isso, podendo ser constado pelas respostas, na qual há uma conexão entre ambas participantes, possível perceber por meio das unidades semelhantes e por repetições.

Nessa interface, a educação inclusiva trazendo o foco para estudante com autismo sob a dimensão de um labor de cooperação realizado entre os professores que, concilia os

---

<sup>7</sup> Nome fictício para preservar a identidade da professora regular

<sup>8</sup> Nome fictício para preservar a identidade da professora auxiliar



conhecimentos teóricos problematiza a prática, somando a uma interpretação as demandas que emana da entrada a permanência do estudante com autismo.

A educação inclusiva de qualidade na assistência do estudante com autismo, por meio da conversação a entrevista entre a investigadora e as participantes, após o tratamento dos dados acerca da análise de conteúdo Bardin (2016), Conforme o que relatam as professoras Luz e Flor de Lótus nota-se que as unidades de registros: educação; humanização; deficiência; autismo; estudante; cooperação; inclusão. Essas propõem o indicador que o labor de cooperação entre o professor regular e o professor constitui um contexto para o desenvolvimento do que assiste ao que é assistido.

Neste contexto, parafraseando Paulo Freire (1999) trazemos sua concepção para os atores professores e estudantes. Eles são entendidos como pessoas históricas com objetivos de manter ou modificar o sistema de realidade social em que estão inseridos e, nesse movimento, proteger ou mudar a si mesmos e suas circunstâncias, unindo ou mudando seus pontos de vista.

Ainda, acerca do labor de cooperação para o atendimento pedagógico a partir dos relatos dos sujeitos participantes também se fundamenta em Erik Boettcher (1974) “cooperação é a atuação consciente de unidades em direção a um fim comum...”.

Destarte, o desenvolvimento humano da pessoa, Libâneo (1998) é evidenciado também no conteúdo das falas de Luz e Flor de Lótus (2021) ao focar no amor fraterno como elemento de sua didática que compõe o cenário da educação inclusiva ao estudante com autismo

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo do presente estudo foi gerar uma reflexão acerca do labor de cooperação entre o professor regular e o professor auxiliar na assistência do estudante com autismo na educação básica, alinhando os saberes e fazeres pedagógicos de ambos. Com base nos resultados obtidos, foi plausível averiguar que os saberes os conhecimentos teóricos, embora, predomine, os fazeres também possuem seus valores qualitativos, visto que, ainda há uma necessidade de aprimoramento.



Considerando que as professoras têm demonstrado labutar em cooperação seus saberes teóricos e práticos acerca da educação inclusiva com na assistência do estudante com autismo. Parece-nos que o isolamento do fazer pedagógico já não faz mais parte aqui demonstrada neste estudo de caso, o que nos permitir dizer que essas professoras rompem o isolamento e abrem espaço para a construção de uma prática cooperativa em prol da melhoria da aprendizagem do estudante com autismo. E, isso é muito bom para uma educação inclusiva de fato.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.
- BOETTCHER, Erik. Kooperation und demokratie in der wirtschaft. Tuebingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1974.
- BOETTCHER, Erik. *Kooperation und demokratie in der wirtschaft*. Tuebingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1974.
- BRASIL. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 14 de junho, 2022.
- \_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Brasília, MEC – 2007.
- CARVALHO Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos is. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- FREIRE, Paulo. A Educação como Prática da liberdade. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- GONÇALVES, F. A. G. Autismo de Bleuler. Climepsi Editores, Lisboa, 2014.
- LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 1998.
- MANTOAN. Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas. In: Maria Teresa Égler Mantoan. (Org.). O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis / RJ: Vozes, 2008, v. 1, p. 29-41.
- PERNAMBUCO. 4 - Ano XCVIII • N.º 123 Diário Oficial do Estado de Pernambuco - Poder Executivo. Acesso em: 14 de junho de 2022.
- \_\_\_\_\_. <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=179>. Acesso em: 14 de junho, 2022.
- SASSAKI, Romeo. Kazumi. Inclusão, o paradigma da próxima década. Mensagem, Brasília, v. 34, n. 83, p. 29, 1998.
- SILVA, Cassandra Ribeiro de O. Metodologia e organização do projeto de pesquisa: guia prático. Fortaleza, CE: Editora da UFC, 2004.



VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

YIN. R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.